



NOTA MENSAL de **CONJUNTURA**

Nº2 | FEVEREIRO | 2021

Cofinanciado por:





UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

INDICADORES EM ANÁLISE

1. CRESCIMENTO ECONÓMICO EM 2020

- 1) Portugal
- 2) União Europeia
- 3) Previsões Económicas de Inverno da Comissão Europeia

2. TAXA DE INFLAÇÃO EM JANEIRO

3. MERCADO DE TRABALHO EM 2020

- 1) Introdução
- 2) População Empregada
- 3) População Desempregada
- 4) Subutilização do trabalho
- 5) Remunerações

4. DESEMPREGO REGISTADO EM JANEIRO

5. SUBSIDIO DE DESEMPREGO



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

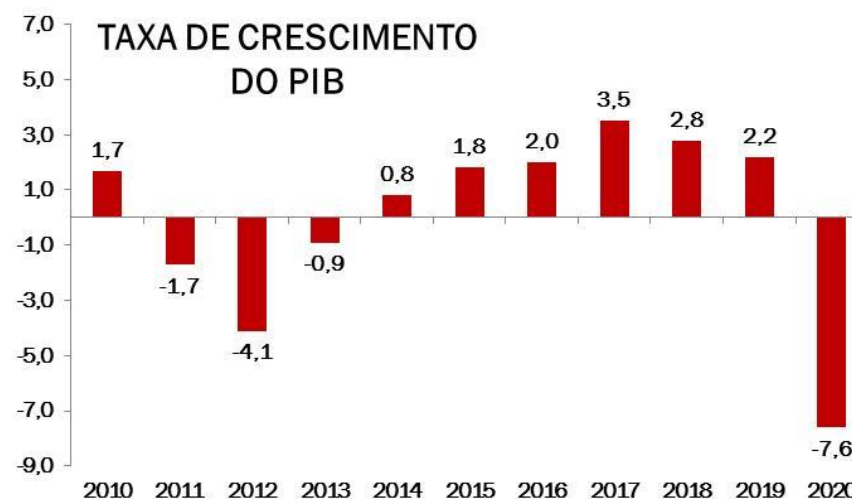
1. CRESCIMENTO ECONÓMICO EM 2020

1. PORTUGAL

Depois de um crescimento de 2,2% em 2019, a economia portuguesa sofreu uma quebra de 7,6%, em 2020 e é a mais intensa da actual série de Contas Nacionais, reflectindo os efeitos marcadamente adversos da pandemia COVID-19 na actividade económica. Ainda assim, a contracção do ano passado foi menor do que todas as previsões estimadas pelos principais organismos nacionais e internacionais (-8,9%, em média). Esta é a primeira queda desde 2013, ano em que a economia portuguesa contraiu 0,9%, no final de um ciclo de três anos de recessão devido ao pedido de assistência internacional.

Para este comportamento do PIB, contribuiu principalmente a contracção acentuada das exportações e do consumo, que penalizaram sobretudo sectores como o turismo, comércio e restauração.

Também a procura interna apresentou um expressivo contributo negativo para a variação anual do PIB devido, sobretudo, à contracção do consumo privado.



No que diz respeito ao 4º trimestre de 2020, registou-se um crescimento de 0,4% do PIB, face ao trimestre anterior. Este crescimento, apesar de surpreendente, uma vez que as restrições foram agravadas neste período devido ao avanço da pandemia no país, foi bastante menos intenso do que o crescimento registado no 3º trimestre (13,3%, depois da quebra histórica de 13,9%, no 2º trimestre).

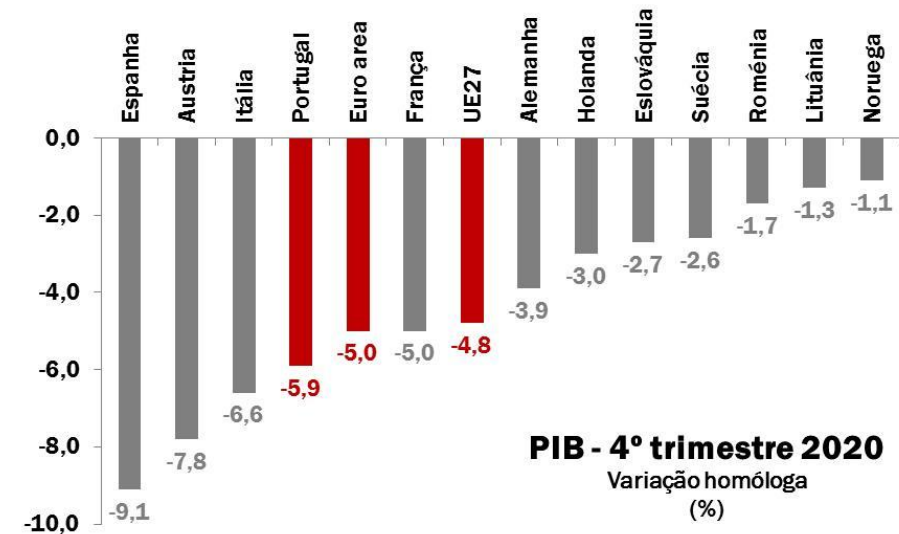
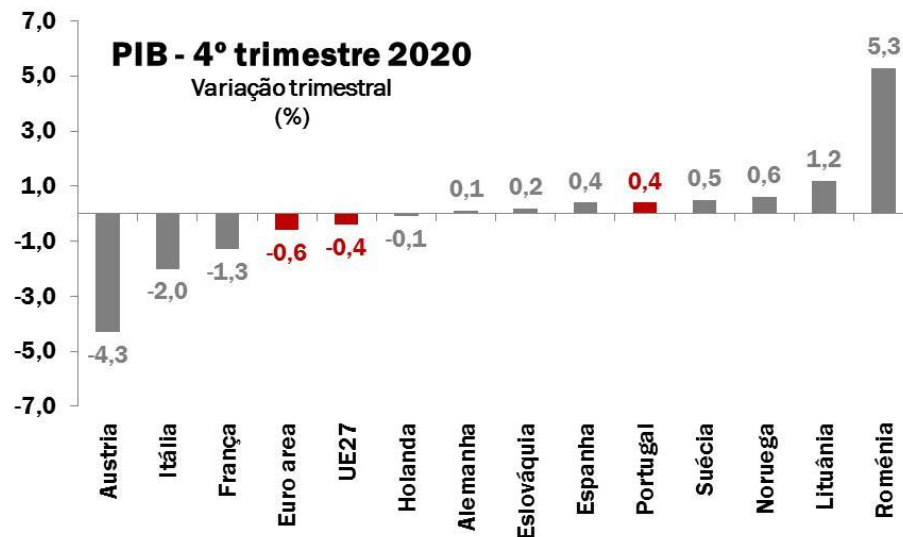
Em termos homólogos, o PIB registou uma quebra de 5,9%, face ao mesmo período do ano anterior, agravando a variação negativa de 5,7% do 3º trimestre.

2. UNIÃO EUROPEIA

De acordo com o Eurostat, durante o 4º trimestre de 2020, a **Zona Euro** registou uma variação trimestral do PIB de -0,7%, mais 13,1 p.p. que no trimestre anterior (12,4%). A variação homóloga do PIB foi de -5,1%, depois de ter registado -4,3% no 3º trimestre de 2020.

No que respeita à **UE27**, a variação trimestral do PIB foi de -0,5%, mais 12,0 p.p. que no trimestre anterior (11,5%). A variação homóloga do PIB foi de -4,8%, o que compara com -4,2% registado no trimestre anterior.

Entre os Estados-Membros, para os quais existem dados disponíveis para o 4º trimestre de 2020, as maiores descidas em relação ao trimestre anterior foram registadas na Áustria (-4,3%), Itália (-2,0%) e França (-1,3%). Os maiores aumentos registaram-se na Roménia (5,3%) e Lituânia (1,2%). As taxas de crescimento homólogas foram negativas para todos os países.



Ainda de acordo com uma estimativa rápida divulgada pelo Eurostat, **em 2020**, a economia da Euro Área terá caído 6,8% e na União Europeia a queda do PIB terá sido de 6,4%, o que significa que a **economia portuguesa** sofreu uma **contração maior** do que a média europeia.



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

3. PREVISÕES ECONÓMICAS DE INVERNO DA COMISSÃO EUROPEIA

Com o agravamento da pandemia COVID19, a Comissão Europeia decidiu rever em baixa as suas últimas previsões de Outono, realizadas em Novembro. Num quadro de agravamento da pandemia, a Comissão Europeia considera que as perspectivas, de curto prazo, para a economia europeia serão piores do que o esperado.

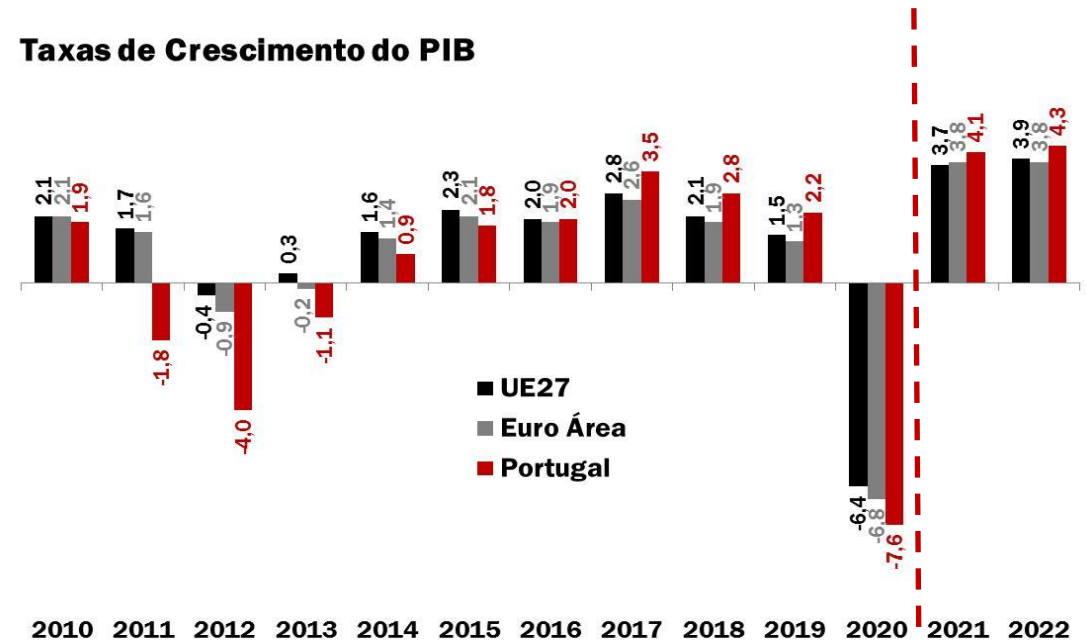
Devido ao novo confinamento, Portugal terá, entre os Estados-membros, a maior queda do PIB no primeiro trimestre (-2,1%). De acordo com a Comissão Europeia, a recuperação económica começará no segundo trimestre e é esperada uma “retoma significativa” nos meses de Verão, a contar com uma forte recuperação do turismo.

Em vez do crescimento do PIB de 5,4% projectado em Novembro, **Portugal** vai crescer 4,1% e em 2022 a economia deverá acelerar para um crescimento de 4,3% (em vez dos 3,5% estimados anteriormente), atingindo no final desse ano o nível pré-crise.

Na **Zona Euro**, o PIB vai crescer 3,8% tanto em 2021 como em 2022, o que compara com 4,2% e 3%, respectivamente, previstos em Novembro.

No conjunto da **União Europeia**, o PIB vai crescer 3,7% em 2021 e 3,9% em 2022, o que compara com 4,1% e 3%, respectivamente, previstos em Novembro.

Taxas de Crescimento do PIB



Desde 2016, inclusive, que a **economia portuguesa** tem tido um **desempenho superior à média da Zona Euro e da União Europeia (2017)**, retomando essa trajectória já este ano.



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

2. TAXA DE INFLAÇÃO EM JANEIRO

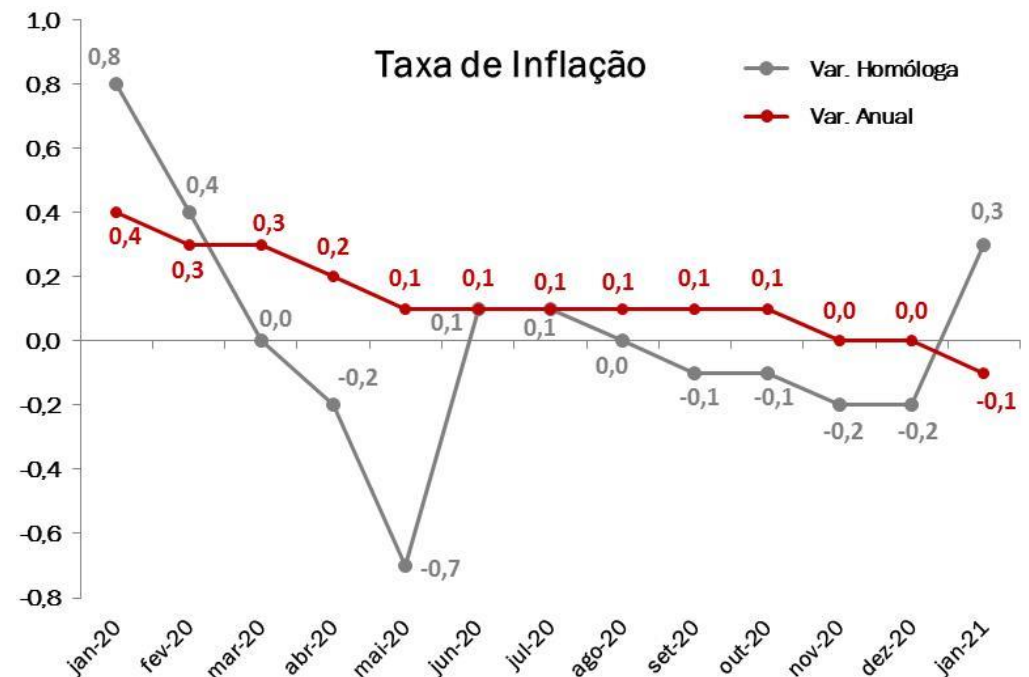
Em Janeiro, a **variação média dos últimos doze meses** do Índice de Preços no Consumidor foi de -0,1% (nula em Dezembro), devido a uma maior diminuição (-5,6%) dos preços dos produtos energéticos, do que no mês anterior (-5%).

A taxa de **variação mensal** do IPC foi de -0,3% (-0,1% no mês anterior e -0,8% em Janeiro de 2020). Para esta variação mensal dos preços contribuíram a subida dos preços dos Produtos hortícolas frescos e frigorificados, excepto batatas e outros tubérculos e dos Veículos automóveis novos. Em relação às contribuições negativas, destacam-se a classe do Vestuário e calçado, em consequência do início do habitual período de saldos, embora com menor amplitude que no ano anterior.

A **variação homóloga** do IPC foi 0,3% em Janeiro de 2021, taxa superior em 0,5 pontos percentuais à registada no mês anterior (0,8% em Janeiro de 2019).

Por classes de despesa e face ao mês precedente, é de destacar o aumento das taxas de variação homóloga das classes do Vestuário e calçado e do Lazer, recreação e cultura, com variações de -1,5% e -0,5%, respectivamente.

Em sentido oposto assinala-se a diminuição da taxa de variação homóloga da classe dos Bens alimentares e bebidas não alcoólicas e das Bebidas alcoólicas e tabaco, ambas com uma variação de 1,0%.



Fonte: INE

3. MERCADO DE TRABALHO EM 2020

1. INTRODUÇÃO

Apesar das consequências da pandemia COVID19 no mercado de trabalho –lay off, encerramento de empresas e despedimentos - o aumento da taxa de desemprego foi menor do que o esperado. Em 2020, a **taxa de desemprego situou-se em 6,8%**, (+0,3 p.p do que 2019) ficando aquém de todas as previsões que apontavam para uma taxa de desemprego em torno de 8%.

Este valor poderá ser justificado pelo facto do desemprego criado não ser classificado como tal, de acordo com o **conceito da OIT**. Pessoas anteriormente classificadas como desempregadas e pessoas que efectivamente perderam o seu emprego devido à pandemia COVID-19, e que em circunstâncias normais seriam classificadas como desempregadas, **são agora classificadas como inactivas**, devido às restrições à mobilidade, à redução ou mesmo interrupção dos canais normais de informação sobre ofertas de trabalho em consequência do encerramento parcial ou mesmo total de uma proporção muito significativa de empresas, razões pelas quais não fizeram uma procura activa de emprego (condição essencial para a sua classificação enquanto desempregadas).

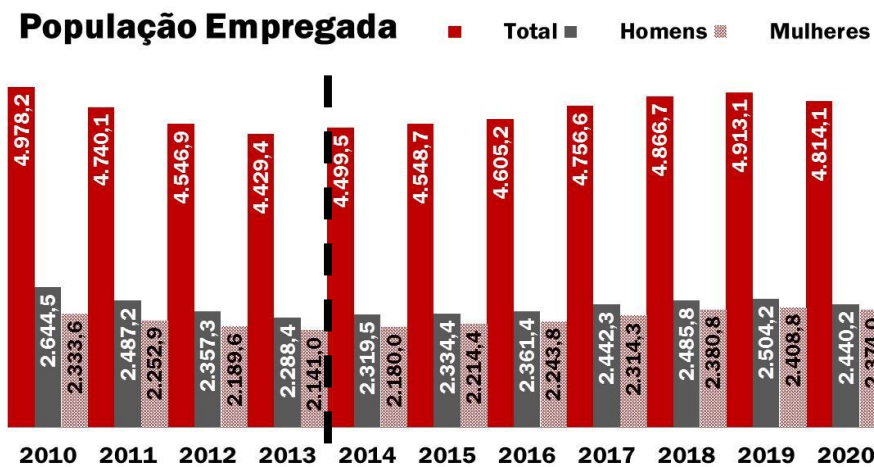
Será esta, aliás, a principal razão para o **aumento da população inactiva** em 2020, que registou um aumento de 126,8 mil pessoas (+3,5%) face a 2019, traduzindo-se numa taxa de inactividade de 42%.

Um indicador que se poderá situar-se mais próximo da realidade será a **subutilização do trabalho** que agrega a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inactivos à procura de emprego mas não disponíveis e os inactivos disponíveis mas que não procuram emprego. Em 2020, este indicador registou um aumento de 9% (+61,8 mil pessoas), encontrando-se nesta situação 751,8 mil pessoas, a que corresponde uma taxa de 13,9% (+1,2 p.p do que em 2019). De todas as componentes deste indicador a que registou o maior aumento foram os inactivos disponíveis mas que não procuram emprego: + 58,5 mil pessoas (+34,9%), num ano.

2. POPULAÇÃO EMPREGADA

Uma das consequências mais directas e mais graves da pandemia COVID19 foi a destruição de emprego. Em 2020, estavam empregadas 4.814,1 mil pessoas, tendo sido destruídos **99 mil postos de trabalho** (- 2% do que em 2019).

- Esta quebra da população empregada no ano passado vem interromper o ciclo de aumentos iniciado em 2014.



Para a variação anual da população empregada contribuíram, principalmente, os **decréscimos** do emprego nos seguintes segmentos populacionais: Homens (64,0 mil; 2,6%); no Sector da Agricultura (11,4 mil; 4,2%); Trabalhadores por conta de outrem (74,2 mil; 1,8%), com contrato com termo (123,1 mil; 17,1%). Note-se que a incidência de contratos temporários é particularmente elevada nos sectores mais afectados pela pandemia, como é o caso da hotelaria, restauração e serviços sazonais.

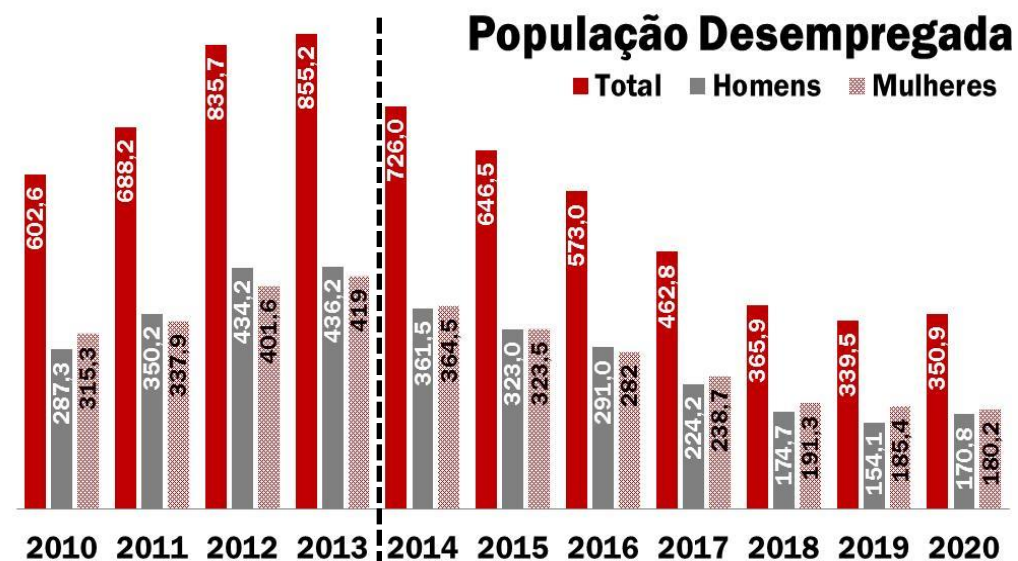
POPULAÇÃO EMPREGADA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. Hom. Anual	
	milhares								nº	%
Total	4.429	4.500	4.549	4.605	4.757	4.867	4.913	4.814	-99,0	-2,0
Homens	2.288	2.320	2.334	2.361	2.442	2.486	2.504	2.440	-64,0	-2,6
Mulheres	2.141	2.180	2.214	2.244	2.314	2.381	2.409	2.374	-34,8	-1,4
Por Sector										
Agricultura, silvicultura e pesca	453	389	343	318	304	294	270	259	-11,4	-4,2
Indústria, construção, energia e água	1.050	1.074	1.108	1.128	1.177	1.209	1.212	1.193	-19,8	-1,6
Serviços	2.927	3.037	3.099	3.159	3.275	3.363	3.431	3.363	-67,8	-2,0
Por Situação na Profissão										
Trabalhadores por Conta de Outrem	3.458	3.611	3.711	3.787	3.949	4.057	4.085	4.011	-74,2	-1,8
Contratos Sem Termo	2.718	2.837	2.896	2.943	3.080	3.165	3.236	3.298	62,3	1,9
Contratos Com Termo	609	644	687	705	729	745	719	596	-123,1	-17,1
Outros Tipos de Contrato	131	130	128	139	140	146	130	117	-13,4	-10,3
Trabalhadores por Conta Própria	942	865	815	789	786	790	811	789	-21,7	-2,7

Fonte: INE

3. POPULAÇÃO DESEMPREGADA

No ano de 2020, a população desempregada foi estimada em 350,9 mil pessoas, tendo aumentado 3,4% (11,4 mil) em relação ao ano anterior.

- Este valor é o **segundo mais baixo da série** iniciada em 2011 (o mais baixo foi em 2019: 339,5 mil) e vem interromper a série de decréscimos anuais consecutivos observados desde 2014.



Para a variação anual da população desempregada contribuíram, principalmente, os **acréscimos** nos seguintes segmentos populacionais: homens (16,7 mil; 10,8%); com um nível de escolaridade completo correspondente ao ensino secundário ou pós-secundário (18,4 mil; 16,9%); à procura de novo emprego (13,5 mil; 4,5%) e à procura de emprego há menos de 12 meses (42,1 mil; 24,7%).

POPULAÇÃO DESEMPREGADA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. Hom. Anual	
	milhares								nº	%
Total	855	726	647	573	463	366	340	351	11,4	3,4
Homens	436	362	323	291	224	175	154	171	16,7	10,8
Mulheres	419	365	324	282	239	191	185	180	-5,2	-2,8
Por Nível de Ensino Completo										
Até ao básico - 3º ciclo	506	412	348	299	239	173	153	134	-19,4	-12,7
Secundário e pós-secundário	213	195	184	165	139	119	109	128	18,4	16,8
Superior	137	119	115	109	85	74	77	90	12,4	16,1
Por Tipo da Procura										
Primeiro Emprego	91	88	80	66	56	46	38	36	-2,0	-5,3
Novo Emprego	764	638	566	507	407	320	302	315	13,5	4,5
Por Duração										
< 12 meses	312	250	236	217	197	179	170	212	42,1	24,8
> 12 meses	544	476	411	356	266	187	169	139	-30,7	-18,1
<i>Em % do Total</i>	63,6%	65,5%	63,5%	62,1%	57,5%	51,1%	49,9%	39,5%	-	9 -

Fonte: INE

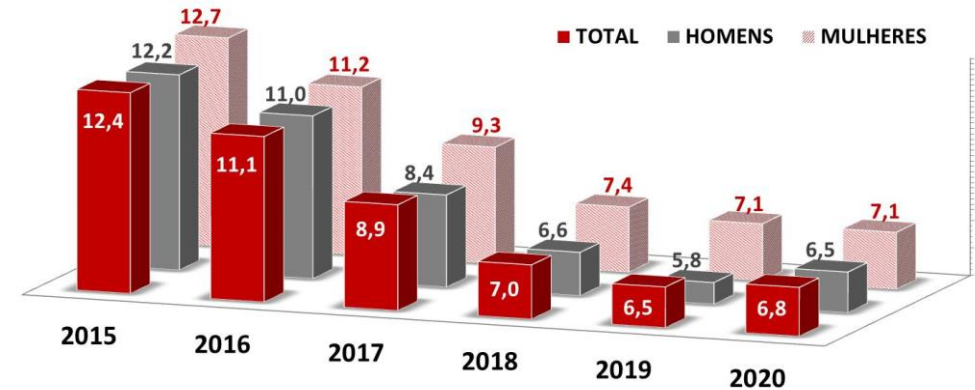


UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

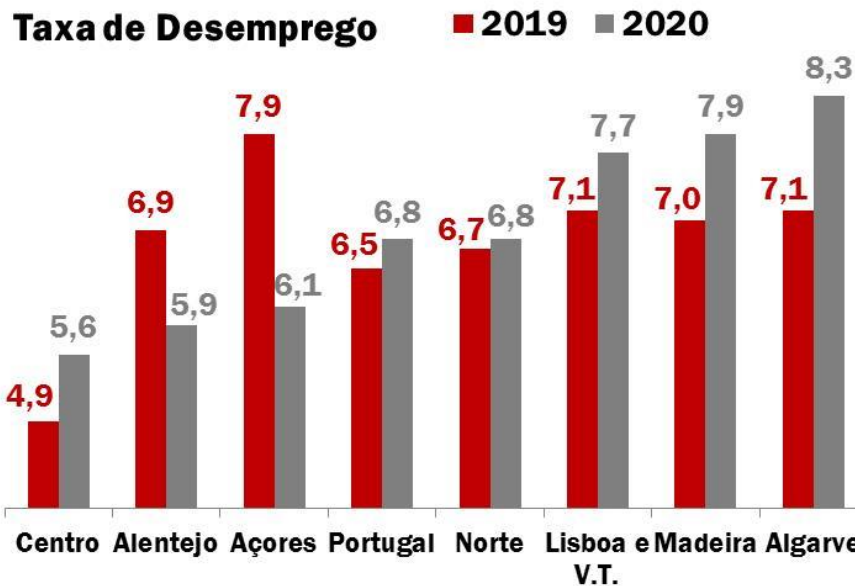
- A proporção de desempregados à procura de emprego há 12 e mais meses (longa duração) foi 39,5%, registando um decréscimo de 10,3 p.p. em relação ao ano anterior. Trata-se do mais elevado decréscimo anual deste indicador, que tem vindo a descer consecutivamente após, em 2014, ter atingido o valor máximo (65,5%).

A taxa de desemprego de 2020 foi de 6,8% e aumentou 0,3 p.p. em relação ao ano anterior. Aquele valor corresponde à segunda taxa de desemprego anual mais baixa da série iniciada em 2011 (a mais baixa foi em 2019: 6,5%).

Apesar da taxa de desemprego dos homens ter subido de 5,8% para 6,5%, a taxa de desemprego feminina (7,1%), manteve-se inalterada em relação ao ano anterior, mas continua superior em relação à média nacional e à masculina.



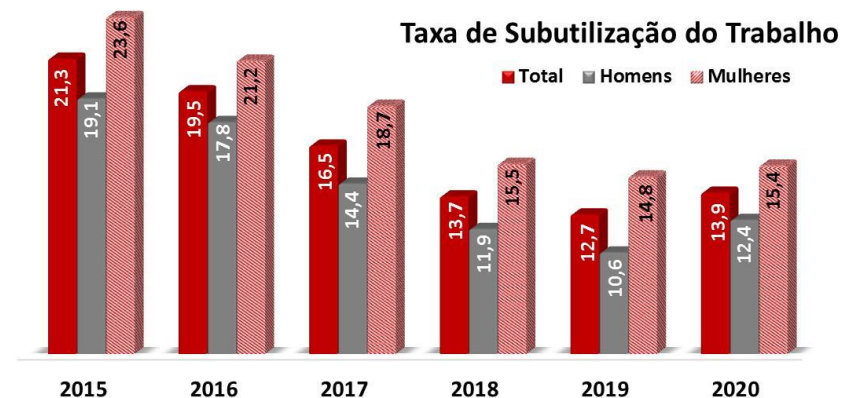
- A taxa de desemprego dos **jovens** (15 a 24 anos) situou-se em 22,6%, mais 4,3 p.p. do que no ano anterior.



Por **regiões**, no ano de 2020, a taxa de desemprego da região Norte igualou a média nacional (6,8%), enquanto as taxas do Algarve (8,3%), da Região Autónoma da Madeira (7,9%) e da Área Metropolitana de Lisboa (7,7%) ficaram acima daquele limiar e as taxas das restantes regiões ficaram abaixo: Região Autónoma dos Açores (6,1%), Alentejo (5,9%) e Centro (5,6%).

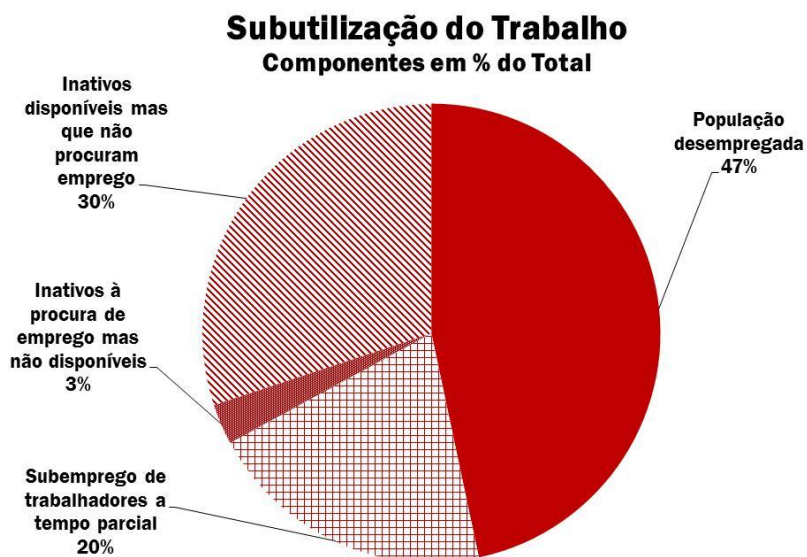
4. SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO

Em 2020, a subutilização do trabalho (que inclui a população desempregada, o subemprego de trabalhadores a tempo parcial, os inactivos à procura de emprego mas não disponíveis e os inactivos disponíveis mas que não procuram emprego) abrangeu 751,8 mil pessoas, mais 9,0% (61,8 mil) do que em 2019, e a taxa de subutilização do trabalho foi de 13,9%, superior em 1,2 p.p. à do ano transacto.



SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO COMPONENTES

SUBUTILIZAÇÃO DO TRABALHO COMPONENTES	2015	2016	2017	2018	2019	2020		
	<i>milhares</i>					<i>milhares</i>	V.H. Anual	
							nº	%
Subutilização do Trabalho	1.168,9	1.057,8	901,0	743,8	690,0	751,8	61,8	9,0
População desempregada	646,5	573,0	462,8	365,9	339,5	350,9	11,4	3,4
Subemprego de trabalhadores a tempo parcial	239,5	226,7	201,7	173,0	160,2	153,5	-6,7	-4,2
Inativos à procura de emprego mas não disponíveis	23,3	20,5	23,5	20,3	22,8	21,5	-1,3	-5,7
Inativos disponíveis mas que não procuram emprego	259,6	237,6	213,0	184,6	167,5	226,0	58,5	34,9



A população desempregada (350,9 mil) representou menos de metade (47%) da subutilização do trabalho, enquanto o grupo dos

- inativos disponíveis mas que não procuram emprego (226,0 mil) reforçou o seu peso, passando a representar 30% da subutilização do trabalho (mais 5,8 p.p. do que em 2019).



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

5. REMUNERAÇÕES

Os dados publicados pelo INE, relativos às remunerações, resultam do aproveitamento estatístico da informação proveniente da Declaração Mensal de Remunerações transmitidas pelas empresas à Segurança Social e da Relação Contributiva dos subscritores da Caixa Geral de Aposentações, que abrange um universo de 4,1 milhões de trabalhadores por conta de outrem.

A remuneração bruta mensal média por trabalhador (posto de trabalho) aumentou 3,5% no trimestre terminado em Dezembro (4º trimestre) de 2020, em relação ao mesmo período de 2019, para **1.473 Euros**.

Em Dezembro de 2020, a remuneração total variou entre **869 Euros**, nas actividades de Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (secção A), e **3.430 Euros**, nas actividades da Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (D).

Em relação ao período homólogo de 2019, o maior aumento da remuneração total foi observado nas Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas (8,7%) e o menor aumento foi observado na Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio (0,1%).

Remuneração Bruta Total - €

Totalidade das remunerações brutas (antes de impostos e de descontos para a Segurança Social) pagas pela empresa, sujeitas a retenção na fonte de IRS e de desconto para a Segurança Social



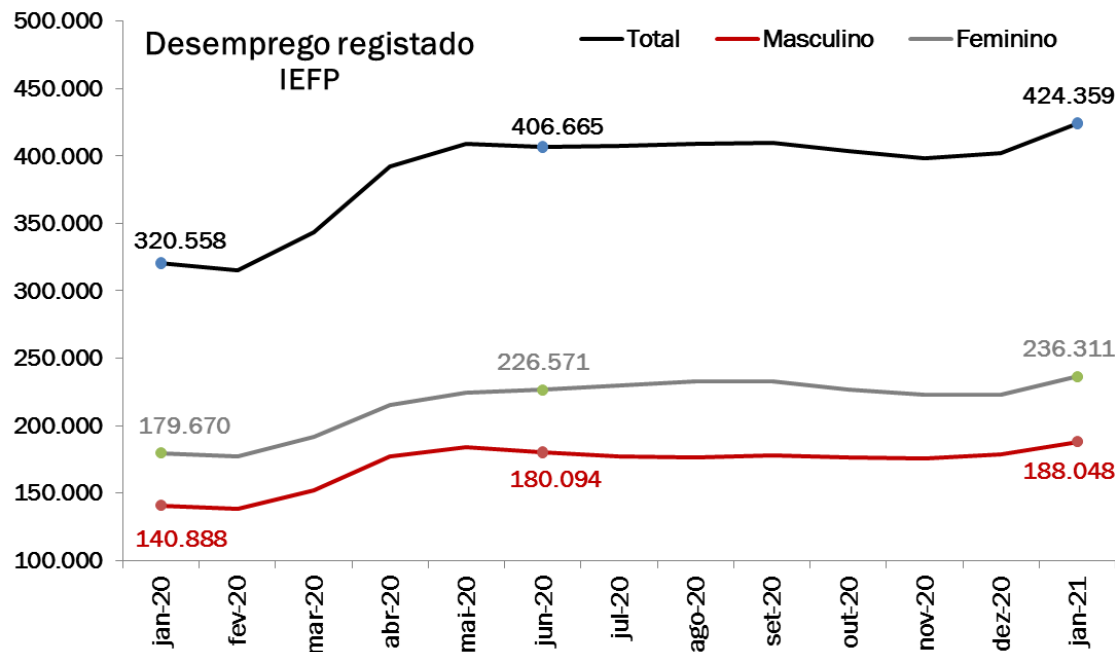
4. DESEMPREGO REGISTRADO EM JANEIRO

No final do mês de Janeiro de 2021, estavam inscritos nos Centros de Emprego 424.359 indivíduos, o que corresponde a uma variação homóloga de 32,4% (103.801 pessoas) e a uma variação mensal de 5,5% (22.105 pessoas). Para o aumento do desemprego registado, face ao mês homólogo de 2020, contribuíram todos os grupos de desempregados, com destaque para:

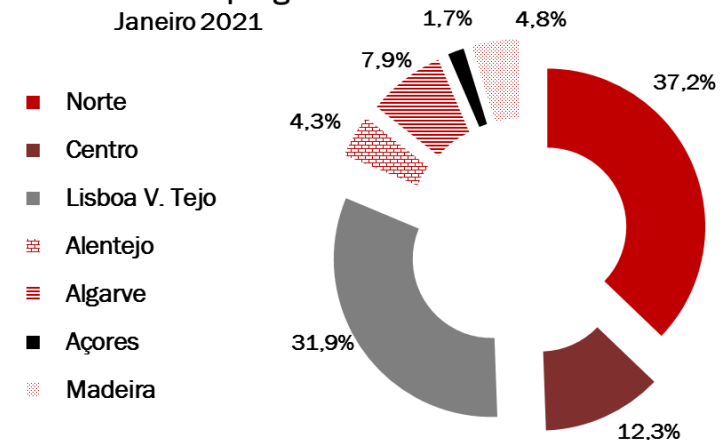
- os homens (+ 33,5%; + 47.160), apesar das mulheres continuarem a representar a maioria dos desempregados inscritos (55,7%)
- os inscritos há menos de um ano (+36,1%; +69.782)
- os que procuravam novo emprego (+34,1%; +99.240)
- os que possuem como habilitação escolar o secundário (+45,2%; +41.770)

A nível regional, no mês de Janeiro de 2021, o desemprego registado aumentou em todas as regiões do País. Os aumentos mais significativos foram observados no Algarve(+61,3%), Lisboa e Vale do Tejo (+45,3%) e na Região Autónoma da Madeira (+30,0%).

A região Norte e a região de Lisboa são as que detêm o maior número de desempregados inscritos nos centros de emprego (69%).



Em % do Desemprego Total
Janeiro 2021



Fonte: IEFP

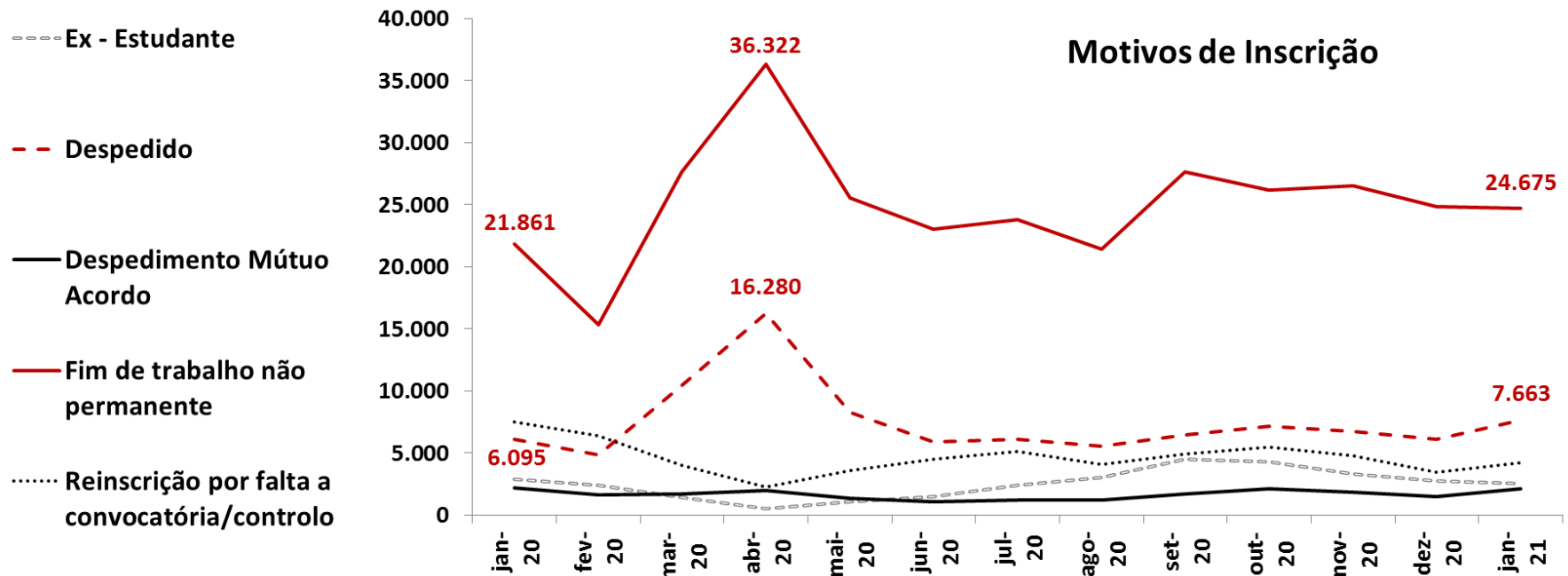
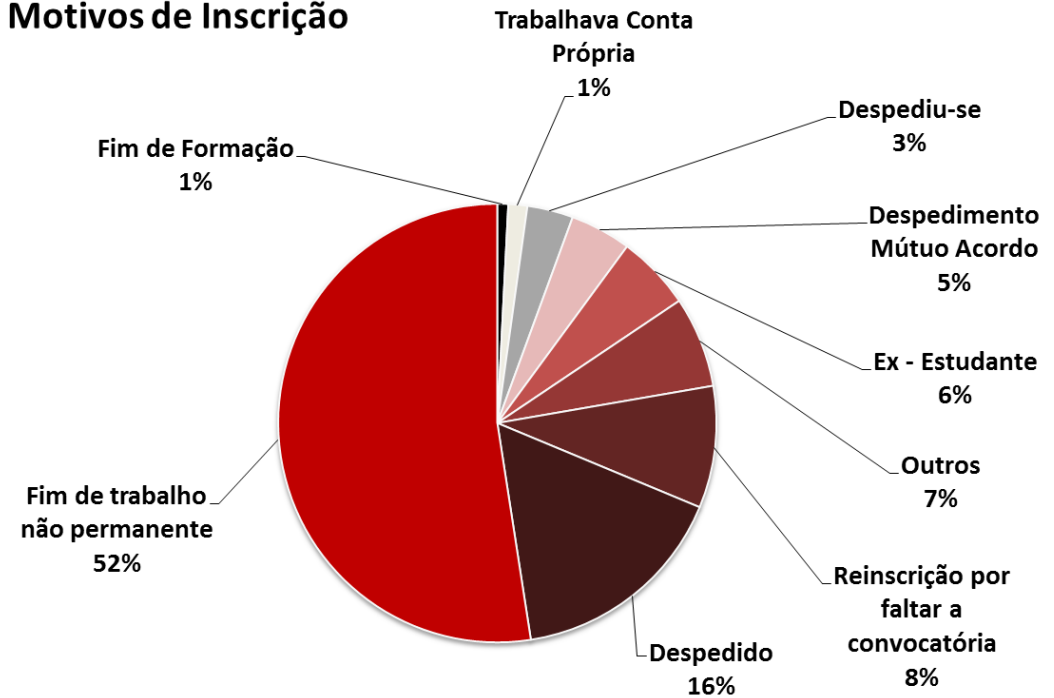
Motivos de inscrição ao longo do mês

Ao longo do mês de Janeiro, o principal motivo de inscrição nos centros de emprego foi o *fim do trabalho não permanente* (52%).

No entanto, o motivo *Despedido*, foi a razão que registou o maior aumento, face ao mesmo mês do ano anterior (+25,7%; 1.568).

Ambos os motivos atingiram um pico no mês de Abril, com o início do 1º estado de emergência, que ditou o encerramento temporário de várias empresas.

Motivos de Inscrição



Fonte: IEFP



UNIÃO GERAL DE
TRABALHADORES

5. SUBSIDIO DE DESEMPREGO

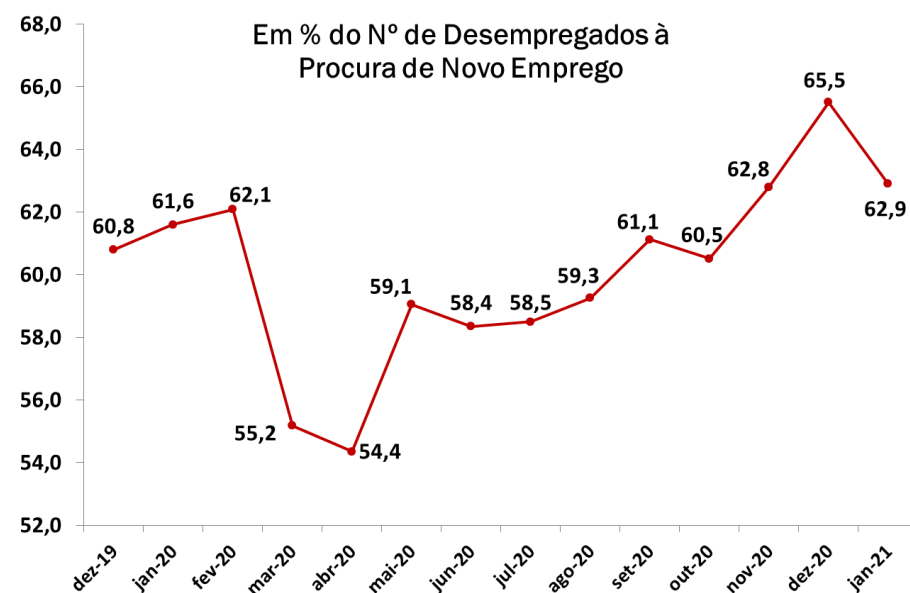
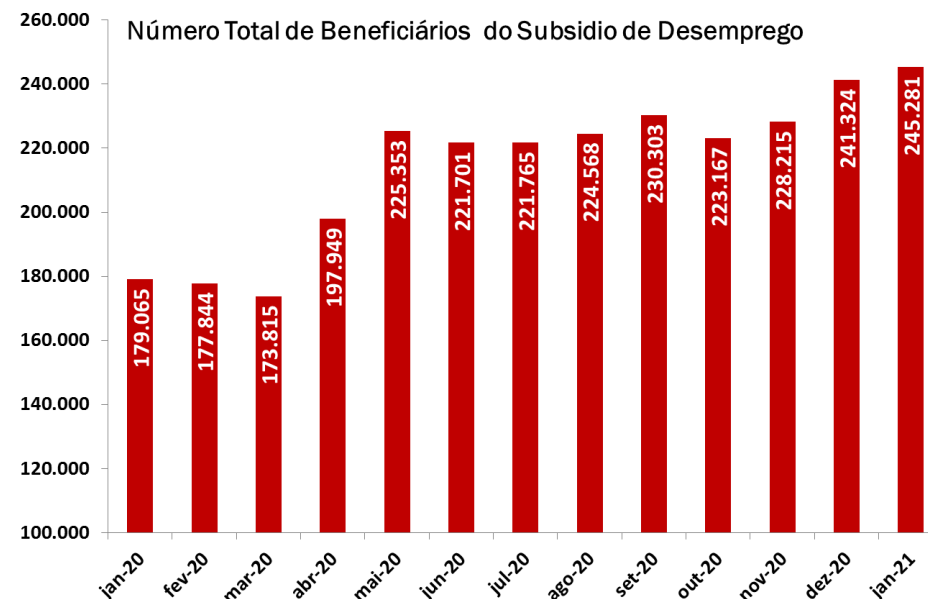
A partir de Abril de 2020, o número de beneficiários do subsidio de desemprego começou a aumentar, à semelhança da população desempregada.

Em Janeiro de 2021 registaram-se 245.058 prestações de desemprego, revelando um acréscimo de 1,6% (3.957) face ao mês anterior e de 36,9% (66.216) tendo em conta Janeiro de 2020.

Apesar deste aumento, verificou-se, em Janeiro, uma descida no peso de desempregados com subsidio de desemprego no total dos desempregados inscritos, passando de 65,5% em Dezembro de 2020 para 62,9% no início do ano, praticamente no nível pré pandemia.

Esta situação poderá ficar a dever-se ao facto dos beneficiários do subsídio de desemprego que viram a concessão da prestação terminar em Janeiro, só terão o prolongamento automático por mais seis meses ser assegurado apenas a partir do mês de Fevereiro.

Esta é uma situação preocupante, uma vez que aumenta a percentagem, já significativa, de desempregados que não têm acesso a esta prestação social (37,1%; 144.658) agravando as situações de pobreza e exclusão social.



Fontes: Segurança Social e IEFP

